

Grandes eixos

Recomendações

Produzir dados de avaliação do serviço prestado de acordo com o público atendido. O percentual de mulheres, homens heterossexuais, homossexuais, travestis e transexuais, de diferentes gerações e condição física e mental satisfeitos com o atendimento ajudam a demonstrar a competência cultural da instituição.

Gerar dados sistematizados sobre o público que atende. Uniformizar e aprimorar os sistemas de cadastro e acompanhamento dos usuários seriam passos importantes para obter essas informações. O grau de informação da equipe acerca da população (segundo raça/cor e outras) a que deve atender contribui para o planejamento e execução de ações adequadas de enfrentamento do racismo e eliminação das disparidades raciais.

Desenvolver protocolos de atuação e condutas específicas que garantam maior acolhimento às pessoas e suas demandas e atestem o compromisso institucional com o enfrentamento das disparidades raciais e outras.

Ser capaz de mobilizar uma diversidade de sujeitos sociais que influenciem e adequem os rumos das ações e políticas institucionais.

As ouvidorias externas são peças essenciais para que se possa falar de democracia no âmbito da Defensoria Pública dos Estados. As ouvidorias externas devem estar preparadas para receber e incorporar as demandas dos diferentes grupos raciais às políticas institucionais colaboram para a ampliação da participação.

Contar com a participação de representantes dos diferentes grupos populacionais na elaboração de estratégias de comunicação institucional, o que irá colaborar para a utilização de linguagens e conteúdos mais adequados a cada grupo.

Prezar por uma diversidade institucional proporcional à participação destes grupos na população geral contribui para a realização do dever institucional.



Competência cultural

Grandes eixos

Recomendações

Prezar pelo debate permanente pela direção acerca da adequação das ações de enfrentamento do racismo institucional e das disparidades raciais através das ações e políticas, de modo a contribuir para explicitar seu compromisso e para a qualidade do trabalho.

Implementar o monitoramento preciso das ações de enfrentamento do racismo e redução das disparidades raciais através das ações e políticas, de modo a contribuir para a qualidade do trabalho desenvolvido e alcance dos objetivos propostos.

A Defensoria Pública dos Estados não apresenta demonstração de resultados positivos das políticas de modo equivalente para cada grupo. O que nos permite considerar a inefetividade do enfrentamento do racismo institucional via sua incapacidade institucional de trabalhar igualmente com grupos populacionais distintos.

Comunicar adequadamente o seu calendário de avaliações, o que colabora para o estabelecimento de rotinas adequadas e para a informação da população.



Avaliação das políticas e serviços

Grandes eixos

Recomendações

Promover uma comunicação adequada e periódica dos resultados das avaliações à equipe e ao público, o que irá colaborar para o estabelecimento de ações adequadas e para a confiança e adesão da população.

Incorporar os resultados das avaliações na linha de base do ciclo seguinte de planejamento, o que irá contribuir para adequação e eficiência das ações planejadas e dos objetivos estabelecidos.

Realizar prestações de contas periódicas e em linguagem compreensível aos diferentes grupos, o que permitirá atestar o grau de compromisso da direção institucional com os objetivos e a maior participação social.

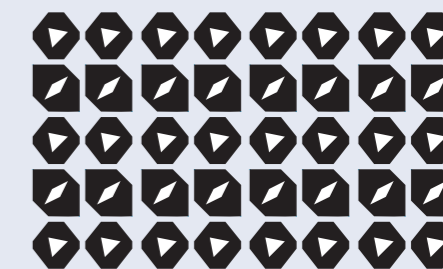
Apresentar comunicação adequada do calendário de prestação de contas, o que colabora para o estabelecimento de rotinas adequadas e para a informação da população.

Apresentar diversidade de canais e linguagens, o que colabora para o alcance adequado dos diferentes públicos.



Avaliação das políticas e serviços

sistema de justiça em foco: dinâmicas de reprodução, combate ao racismo e promoção da igualdade racial



apresentação

Criola é uma organização da sociedade civil com mais de 27 anos de trajetória na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras. Fundada em 1992, a organização atua na construção de uma sociedade onde os valores de justiça, equidade, solidariedade são fundamentais. Durante quase três décadas, a Criola reafirma que a ação transformadora das mulheres negras é essencial para o bem viver de toda a sociedade brasileira.

A missão da organização é instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia, e para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria das condições de vida da população negra e das mulheres negras em especial. Criola busca a inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, em que a presença e contribuição da mulher negra sejam acolhidas como um bem da humanidade.

A produção de conhecimento qualificado por dados específicos sobre o contexto atual das questões de direitos e a busca pelo acesso à justiça e à equidade de gênero, raça e orientação sexual estão entre os principais objetivos estabelecidos pela organização. Além disso, Criola busca: criar e aplicar novas tecnologias para a luta políticas de grupos de mulheres negras; formar lideranças negras aptas a elaborar suas agendas de demanda por políticas públicas e a conduzir processos de interlocução com gestores públicos; e incrementar a pressão política sobre governos e demais instâncias públicas pela efetivação de direitos, particularmente o direito à saúde, o acesso à justiça e à equidade de gênero, raça e orientação sexual.

O **Fórum Justiça** (FJ) constitui-se em uma livre iniciativa proveniente de um grupo de Defensoras(es) Públicas(os) fluminenses, em parceria com a Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep) e o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Poder Judiciário e Sociedade (DHPJS), vinculado à Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Como construção coletiva de espaço, assenta-se em um tripé: agentes do sistema de justiça (Estado), setor acadêmico e organizações e movimentos sociais. Projeta-se em distintas regiões do país, agregando sujeitos interessados em discutir política judicial e em elaborar ações estratégicas para a democratização do sistema de justiça.

Em parceria, Criola e Fórum de Justiça, com o objetivo de fornecer uma reflexão qualificada sobre como se estruturam as Defensorias Públicas dos Estados para o enfrentamento ao racismo e o reconhecimento da desigualdade racial, desenvolveram a Consultoria *“Sistema de justiça em foco: dinâmicas de reprodução, combate ao racismo e promoção da igualdade racial”*.

Por reconhecerem o valor central da Defensoria Pública para as políticas de acesso à justiça no país, e por observar maior proximidade da Defensoria Pública dos Estados com os usuários do sistema de justiça, Criola e Fórum Justiça elegeram as Defensorias Públicas dos Estados como campo de observação e análise da presente pesquisa e buscaram, de maneira participativa, analisar a estrutura e a organização das Defensorias Públicas dos Estados no enfrentamento ao racismo institucional no sistema de justiça.

fórum justiça



a pesquisa e metodologia de trabalho

Deste modo, com o objetivo de observar e analisar como as Defensorias Públicas tem enfrentado e reconhecido o racismo e as suas dinâmicas de exclusão, desigualdade e opressão, e como tem (ou não) promovido a promoção de igualdade racial, nos lançamos ao desafio de compreender “Como funcionam as defensorias públicas estaduais em suas dinâmicas de enfrentamento ao racismo dentro do sistema de justiça brasileiro?”


Para isso, nos colocamos como objetivos específicos conhecer e compreender como se estrutura a Defensoria Pública dos Estados no enfrentamento ao racismo e teorizar criticamente os resultados da análise da (não)-implementação de estruturas/projetos/núcleos/atividades/programas de enfrentamento ao racismo no âmbito das Defensorias Públicas Estaduais, apresentando recomendações e orientações, com base nas discussões teóricas e observações empíricas.


Propomos, portanto, realizar a presente pesquisa, predominantemente, a partir da análise da sua estrutura da Defensoria Pública dos Estados, observando como o racismo institucional se inscreve em um fenômeno mais largo que o estrutural (sua causa ou para o qual ele contribui de modo funcional).


A nossa principal técnica de pesquisa utilizada para o levantamento e produção de dados foi a confecção e aplicação de questionários on line, mas também procedemos à realização de pesquisas semi-estruturadas, de maneira acessória, à pesquisa bibliográfica e documental; e também realizamos uma fase de pesquisa experimental orientada, estimulando eventos e discussões para promover a discussão da temática com estudiosos e defensores.


recomendações


Tendo como base os grandes eixos e perguntas norteadoras do Guia de enfrentamento ao Racismo Institucional do Geledés – Instituto da Mulher Negra, formulamos as seguintes recomendações aplicáveis à realidade de enfrentamento do racismo institucional pela Defensoria Pública dos estados.

Grandes eixos	Recomendações
	A ausência de acompanhamento regular e de avaliações constantes dos processos institucionais de enfrentamento ao racismo atestam o descompromisso institucional no enfrentamento ao racismo, contudo, é possível observar capacidade para corrigir o posicionamento institucional.
	O enfrentamento ao racismo e a correção das disparidades raciais devem ser prioridades de políticas, programas e ações da instituição.
	A responsabilização da direção expõe o grau de compromisso institucional e colabora com eficiência e eficácia das ações desenvolvidas, e, por isso, acreditamos que a direção da instituição deve firmar um compromisso institucional e responder por ele.
	A regulamentação do compromisso institucional pode garantir maior adesão e estabilidade às iniciativas. A Defensoria Pública dos Estados deve regulamentar o enfrentamento ao Racismo Institucional via Portaria Interna ou outro regulamento.
	Comunicar os objetivos de enfrentamento do racismo contribui para maior confiança e adesão às propostas. A Defensoria Pública dos Estados deve pensar estratégias de comunicação para explicitar o seu compromisso de enfrentamento ao Racismo Institucional.

Grandes eixos	Recomendações
	Ter um sistema e de equipes preparadas para coletar e tratar informações.
Produção de dados e informações cadastrais sobre o público	Desenvolver uma cultura de pesquisa. Garantir a veracidade e qualidade das informações sobre o público contribui para a formulação de ações de enfrentamento do racismo, mais eficazes.
	Elaborar um plano de enfrentamento ao racismo, estabelecendo metas e avaliando os seus objetivos. Os resultados das avaliações periódicas devem constituir a linha de base para o próximo ciclo de planejamento, como forma de aprimoramento de ações.

Grandes eixos	Recomendações
	Implementar instância de enfrentamento do racismo (diretoria, secretaria, coordenadoria, comitê ou outra) que terá função de liderar e coordenar as ações, garantindo visibilidade e responsabilização.
	Prever a disponibilização de infraestrutura adequada e orçamento suficiente para as ações planejadas, de modo a atestarem o cumprimento do dever institucional e oferecerem condições para o trabalho proposto.
	Instância de Governança
	Promover o ingresso sistemático de mais negros e negras em seus quadros. A existência de uma diversidade de profissionais qualificados e comprometidos atesta o cumprimento do dever institucional e colabora para sua a realização adequada.
	O posicionamento do organismo institucional responsável pela coordenação das ações de enfrentamento do racismo em posição hierarquicamente superior colabora com sua capacidade de liderança sobre todos os níveis hierárquicos. A Defensoria Pública dos Estados deve instituir um órgão hierarquicamente superior para o enfrentamento ao racismo institucional.
	Medir a qualidade da ação da direção institucional a partir de sua capacidade de cumprir a determinação de enfrentar o racismo, o que colabora para a sua realização adequada e reafirma o compromisso institucional.

Grandes eixos	Recomendações
	Ações afirmativas e outras políticas de enfrentamento do Racismo Institucional
	A proporcionalidade entre mulheres e homens negros, indígenas e outros permite verificar a capacidade da instituição em enfrentar internamente o racismo institucional. A Defensoria Pública dos Estados precisa construir uma política da ação afirmativa eficaz que permita o ingresso proporcional de negros e negras e indígenas proporcional à população local de cada Estado.
	Implementar uma política institucional de incentivo à qualificação e ocupação de cargos superiores por mulheres negras, indígenas e outras, o que permitirá explicitar a incorporação dos objetivos de enfrentamento do racismo e das disparidades raciais na ocupação de cargos institucionais, melhorando o relacionamento com o público.

Grandes eixos	Recomendações
	Desenvolver ações afirmativas para ascensão funcional de negros e negras, sobretudo de mulheres negras e indígenas, o que irá colaborar para a explicitação e incorporação do dever institucional de enfrentar o racismo e garantir maior diversidade na direção.
	Implementar, de maneira eficaz, ações afirmativas voltadas para garantir a participação proporcional de representantes dos grupos racialmente excluídos nos diversos postos institucionais que colaboram para a realização do dever institucional.
	Monitorar o enfrentamento ao racismo institucional, buscando atingir seus objetivos e corrigir ações e condutas inadequadas.
	Ações afirmativas e outras políticas de enfrentamento do Racismo Institucional
	Ter equipes qualificadas, que colaborem para maior adesão e para a realização adequada dos objetivos de enfrentamento ao racismo institucional.
	Ampliar a diversidade institucional, de modo a colaborar com a redução das disparidades entre grupos raciais e internamente no mesmo grupo racial.
	Deve apresentar uma diversidade de funcionários/funcionárias com estabilidade funcional, de modo que colabore para explicitação do dever e do compromisso institucional de enfrentamento do racismo e suas interseccionalidades.
	Adotar metas explícitas para a garantia da diversidade em quantidade proporcional à sua representação populacional, o que irá colaborar para a realização do dever institucional de enfrentar o racismo e as disparidades raciais.
	Acompanhar a execução das ações afirmativas. A realização de processos de monitoramento e avaliação das ações afirmativas, e outras, garante sua maior eficácia e correção de equívocos em tempo hábil.